

# O DES-VELAR DOS REEDUCANDOS EM UMA ATUAÇÃO GRUPAL EM PENITENCIÁRIA NO BRASIL

Silvana Lima Bezerra da Silva<sup>1</sup>; Nataly Reinaldo Silva<sup>2</sup>; Me. Cecília Rita Bozzo Gregorutti dos Santos<sup>3</sup>; Me. Geovana Mellisa Castrezana Anacleto<sup>4</sup>.

Universidade de Mogi das Cruzes – São Paulo / Brasil

---

**RESUMO:** O presente relato está baseado na prática de uma experiência em grupo operativo com presos voluntários do sexo masculino em regime fechado de uma Instituição Penitenciária situada na Região Metropolitana de São Paulo, Brasil, totalizando doze encontros, por meio de oficinas terapêuticas coordenadas por uma estagiária do curso de graduação em Psicologia e bolsista do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), e compartilhado nas supervisões do estágio curricular de Psicologia Jurídica de uma Universidade do Alto Tietê, São Paulo. Os encontros resultaram na reflexão, orientação de direitos e deveres sociais, no desenvolvimento de vínculo familiar e entre os integrantes do grupo, com diminuição das queixas, angústias e ansiedades.

**Palavras-chave:** Vínculo; Oficinas; Psicologia Jurídica.

## 1 INTRODUÇÃO

Apontado por Porto (2007), o Brasil é o país da América Latina com a maior população carcerária e com a maior insuficiência de vagas ligadas ao sistema penitenciário, dado confirmado pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) – junho de 2014. No entanto, o Departamento Penitenciário Nacional, sugere que a superlotação possa ser o problema mais recorrente que percebe o sistema penitenciário brasileiro.

A Psicologia Jurídica é uma especialidade dentro da ciência psicológica e tem sua aplicação na interação entre a Psicologia e o Direito, cuja principal função dos psicólogos neste âmbito é no auxílio às questões relativas à saúde mental dos envolvidos em um processo, embora, ainda encontra-se bastante limitada tem sua importância dentro do mundo jurídico (MYRA y LÓPEZ, 2009).

De acordo com Badaró (2005) o psicólogo tem por desafio procurar meios que movimentem novos processos de subjetivação que melhorem a vida das pessoas encarceradas. Considerando, que da mesma forma está sujeito às ciladas e obstáculos causados pelas oposições do contexto institucional.

---

<sup>1</sup> Discente de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes – silemess@gmail.com

<sup>2</sup> Discente de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes – natalyreinaldo@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professora Mestre da Universidade de Mogi das Cruzes – cecigregorutti@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Professora Mestre da Universidade de Mogi das Cruzes – geovana\_castrezana@hotmail.com

O trabalho proposto tem como objetivo relatar uma experiência de grupo operativo dentro do contexto prisional de um estágio em Psicologia Jurídica.

O grupo operativo atinge uma série de aplicações práticas, abrangendo os demais grupos, também os terapêuticos. É necessário dar importância na tarefa proposta, sendo esta, o centro da atividade que o coordenador do grupo deve se atentar. Todavia, nas situações em que os fatores inconscientes inter-relacionais prejudicar a integração ou evolução produtiva do grupo, poderão ser realizadas intervenções de ordem interpretativa, podendo ser dirigidas ao plano do inconsciente (ZIMERMAN,1997).

Sob a ótica da Psicanálise das Configurações Vinculares, os fenômenos concretos do dia-a-dia adquirem uma nova ênfase na compreensão do paciente, seja um indivíduo, um grupo, um casal ou uma família, na medida em que postula que, "(...) a subjetividade só se constrói com um outro e com o conjunto e continua se construindo durante toda a vida, e, portanto, a do psicanalista não escapa a esta regra" (Puget, 1997 p.137 apud, Fernandes, Svartman, Fernandes, 2003, p.33).

Guerra (2004) apresenta que as “oficinas terapêuticas” têm se destacado por se constituírem novas formas de acolhimento, convivência, mediação do diálogo e de acompanhamento que associa a clínica à política. Deste modo, são entendidas como espaços de produção e manejo de subjetividade, de reconstrução de vínculos entre os sujeitos em sofrimento psíquico e seus grupos sociais, além de irem ao encontro dos discursos de quem cuida e de quem é cuidado. Por meio das oficinas terapêuticas propiciou-se refletir a relação vincular intra e interpessoal.

## **2. MÉTODO**

O relato é de um estágio supervisionado no atendimento a um grupo de presos de uma Instituição Penitenciária situada na Região Metropolitana de São Paulo, Brasil.

A escolha pelas “oficinas terapêuticas” deu-se em conformidade às limitações do contexto, população e demanda em que, foi utilizado o grupo operativo, no campo terapêutico de autoajuda com pessoas estigmatizadas (ZIMERMAN, 1997). O planejamento conforme o autor é fundamental para oportunizar o direcionamento do desvelar. Foi estabelecido um enquadre dentro das possibilidades, resultando na determinação do local do encontro, das regras, atitudes e combinações.

A supervisora do estágio juntamente com a estagiária, ora denominadas “coordenadoras”, definiram previamente as oficinas propostas, totalizando doze encontros, dos quais: roda de conversa, oficina de carta, oficina de pintura, oficina informativa, oficina de confecção de colcha, grupo de acolhimento, oficina livre, oficina de pintura em pano de prato, roda de conversa e encerramento. Os encontros aconteceram entre fevereiro a junho de 2016, semanalmente, as sextas-feiras, no horário das 10h00 às 11h30.

### 3. RESULTADOS/DISCUSSÃO

No **primeiro encontro** foi apresentado o objetivo do grupo, informado sobre o sigilo profissional, e foi apresentado um contrato com as seguintes regras: sigilo entre os participantes, horário, número de encontros e limite de faltas. Durante o encontro foi possível observar resistências por parte dos participantes, por meio de “manifestações clínicas, tais como: exagero de silêncio, ataque às funções do ego em si mesmo ou no coordenador, entre outros” (Zimerman, 2004 p. 97), ora apresentando muitas queixas, ora se colocando em lugar de vítimas do sistema prisional, família e sociedade. No **segundo encontro** foi realizada a “oficina de cartas”, os participantes escreveram e/ou desenharam de forma livre e espontânea, assim, verbalizaram de forma breve, suas histórias, vivências e necessidades. Na “oficina de pintura”, realizada no **terceiro encontro** os participantes puderam selecionar entre diversas figuras família, crianças, drogas, armas, entre outras aquela com a qual se identificavam e depois de pintadas explicaram a razão da figura e das cores escolhidas. Para o **quarto encontro** com a participação de uma enfermeira houve a “oficina Informativa” orientando acerca de usos de medicamentos controlados, os tipos e efeitos prejudiciais das drogas psicoativas, tipos e cuidados com doenças sexualmente transmissíveis e higiene pessoal. O **quinto e sexto encontro** a fim de estimular nos participantes a exteriorização de seus sentimentos em relação à infância, adolescência, família, estado atual e futuro, foi solicitado que pintassem ou escrevessem livremente suas histórias de vida em retalhos. Para o **sétimo encontro** foi realizado uma reflexão acerca dos significados apresentados na confecção da colcha, visando a re-significação dos participantes. Durante a reflexão, os participantes se identificaram com várias histórias apresentadas, conseguindo tomar conhecimento de si. No **oitavo encontro** foi realizado o “acolhimento”, buscando avaliar a evolução de cada participante por

meio da escuta, onde foi possível perceber maior interação entre o grupo, e a necessidade em contatarem seus familiares na tentativa de restabelecerem o vínculo, haja vista alguns terem perdido o vínculo familiar há bastante tempo. Zimerman (2004 p. 398) apresenta o vínculo como “algo unido e inseparável, e ao mesmo tempo delimitado entre si”. A pedido do grupo, o **nono encontro** teve por tema: “reinserção social do egresso” onde foi apresentado o caso de um ex-presidiário e sua trajetória após a prisão. O pedido surgiu da angústia dos participantes enquanto egressos, dizendo não saberem o que fariam ou como seriam aceitos pela sociedade e familiares após sua liberdade; podendo essa angústia limitá-los de prosseguirem suas vidas. Freud (1917) fala que a angústia é um estado de expectativa de um perigo ignorado e o terror é quando o indivíduo vivencia uma situação inesperada de perigo, o que pode levar a pessoa a um estado de total incapacidade de mover-se. No **décimo e décimo primeiro encontro** foram realizadas as “oficinas de pintura em pano de prato”. O encerramento do grupo foi realizado no **décimo segundo encontro**, com a devolutiva acerca do que foi observado durante os encontros, houve uma reflexão acerca dos vínculos e da importância do autoconhecimento. Os participantes fizeram um breve *feedback* e o encerramento ocorreu após os agradecimentos.

#### 4. CONCLUSÃO

Ao avaliar o processo do grupo nesse período, pôde-se perceber uma maior tolerância dos presos em relação a sua própria condição, além de melhoria nas relações interpessoais. Notou-se a partir dos relatos, a busca pela reaproximação familiar e a importância do significado destes. O estabelecimento da confiança dos participantes para com os coordenadores permitiu a obtenção dos resultados ora citados, o que parece ser aceitável, haja vista eles estarem na condição de presos convivendo com a realidade de não poder confiar em ninguém, já que as leis com seus modelos altamente rígidos os fazem ver o mundo somente sob uma perspectiva.

Ao passo que foi construída uma relação de confiança e vínculo entre os presos e os coordenadores suas queixas de sentirem-se vítimas do sistema, da sociedade ou da família tornaram-se menos absolutas, possibilitando refletirem sobre seus enredos no des-vendar de um novo significado para um promissor desenredo.

## 5. REFERÊNCIAS

BADARÓ, M. M. (2005). Linhas de fuga - uma breve reflexão da prática do psicólogo na prisão. *Relatórios e Cartilhas. Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro*. Recuperado de: <http://site.cfp.org.br/publicacao/publicacao-diretrizes-para-atuacao-e-formacao-dos-psicologos-do-sistema-prisional-brasileiro/>

FERNANDES, W. J.; SVARTMAN, B.; FERNANDES, B. S. (2003). *Grupos e configurações vinculares*. Porto Alegre: Artmed.

FREUD, S. (2009). Teoria Geral das Neuroses. In S. Freud. *Obras completas* (P. C. de Souza, trad., vol. 13, pp. 519). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917/2009).

GUERRA, A. M. C. (2004). Oficinas em Saúde Mental: Percurso de uma História. Fundamentos de uma Prática. In *Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental – Sujeito, Produção e Cidadania*. Rio de Janeiro: Contracapa.

INFOPEN, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. (2014). *Departamento Penitenciário Nacional*. Ministério da Justiça. Brasil: Recuperado de <http://s.conjur.com.br/dl/infopen-dez14.pdf>

MYRA y LÓPEZ, E. (2009). *Manual de Psicologia Jurídica*. São Paulo: New Generation.

PORTO, R. (2007). *Crime Organizado e Sistema Prisional*. São Paulo: Atlas.

ZIMERMAN, D. E; OSÓRIO, L. C. (et. al). (1997). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas.

ZIMERMAN, D. E. (2004). *Manual de técnica psicanalítica: uma re-visão*. Porto Alegre: Artmed.